



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

CADERNO DE ENCARGOS

REFORMULAÇÃO PÁGINA ELETRÓNICA



CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º

Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos, na elaboração de página eletrónica da Câmara Municipal de Lajes das Flores.

Artigo 2.º

Condições de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados em três prestações sendo 30 % no início dos trabalhos, 30 % na entrega da versão beta online e 40 % na entrega final.
2. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 10 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 10 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.

Artigo 3.º

Sigilo

A entidade adjudicante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade dos concorrentes.

Artigo 4.º

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

- b) Ser apreciado pela entidade adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5.º

Atrasos e penalidades

A entidade adjudicante terá o direito a exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do atraso ou do não cumprimento por parte do adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.

Artigo 6.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais do direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação por período superior a 30 dias úteis.

Artigo 7.º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

Artigo 8.º

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - b) O caderno de encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.



PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 9.º

Serviço a adquirir

Reformulação da página eletrónica da Câmara Municipal de Lajes das Flores, com a criação de um portal interativo de acesso ao cidadão.

Artigo 10.º

Tipo de serviços a fornecer

1 - Pretende-se criar um novo site – o Portal do Município - para facilitar o relacionamento entre os cidadãos e o município, sendo um canal de acesso privilegiado aos serviços prestados pela autarquia, o ponto de acesso via internet, por excelência, dos serviços autárquicos eletrónicos.

A partir deste Portal, os cidadãos podem executar online alguns dos serviços disponibilizados pela autarquia, assim como consultar informações e/ou conteúdos diversos, e acompanhar os seus processos por via eletrónica, nomeadamente:

Requerimentos:

- Apoio à natalidade;
- Apoio ao Associativismo;
- Fornecimento de Inertes;
- Fornecimento de Máquinas e Equipamentos;
- Apoio com Bolsas de Estudo;
- Lajes Solidária;
- Cedência de materiais de construção;
- Apoio na aquisição de medicamentos;
- Apoio ao empreendedorismo;
- Cedência de Tapadas;
- Apoio ao setor agrícola;



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

- Venda não sedentária;
- Utilização de instalações desportivas;
- Licenças;
- Serviço de águas e resíduos.

Urbanismo:

- Pedidos de informação prévia;
- Requerimentos relativos aos processos de licenciamento e comunicação prévia;
- Disponibilização e consulta dos instrumentos de gestão territorial, permitindo a impressão de excertos à escala pretendida;
- Acompanhamento dos processos pessoais por via eletrónica.

Apreciação dos documentos em Consulta Pública, com disponibilização de acessos diretos no layout

Possibilidade de visitar a página em português ou inglês

Possibilidade de atualização de informação, fotografias e requerimentos, a qualquer momento, por parte da Câmara Municipal

2 – Poderão ser solicitados novos Campos dentro de cada um dos itens acima referenciados, bem como deverá estar prevista a introdução de novos requerimentos e novos campos que venham a surgir no futuro.

3 – O Município fornecerá os conteúdos necessários à construção da página.

4 – As soluções propostas terão de ser aprovadas pela Câmara Municipal.

Artigo 11.º

Requisitos Gerais

1- O Portal do Município da Câmara Municipal das Lajes das Flores deverá ser desenvolvido fazendo uso de tecnologia *opensource*, ser escalável, e deverá estar disponível a partir de uma interface que seja de utilização intuitiva, amigável e deverá ser disponibilizado em português e inglês.



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

- 2- O Portal do Município da Câmara Municipal das Lajes das Flores deverá ser constituído pelos seguintes componentes:
 - a) Um Portal de acesso público suportado num *site web*;
 - b) Um Geoportal — WebSIG.
- 3- Deverá ser desenvolvido um Portal num *site web*, em que os cidadãos possam executar online os serviços disponibilizados pela autarquia, assim como consultar informações e/ou conteúdos diversos e acompanhar os seus processos por via eletrónica.
- 4- Deverá ser desenvolvido um Geoportal que permita:
 - a) Ao Município, gerir, manter e divulgar informação geográfica;
 - b) Pesquisar, consultar, editar, simular e imprimir conjuntos de dados geográficos diversos do Município;
 - c) Consultar através de intranet e internet, através de perfis de acesso, a informação geográfica alocada na aplicação.
- 5- Deverá ser desenvolvido um Módulo de Gestão que permitirá a manutenção e criação de serviços e respetivos campos, assim como a manutenção da restante informação do Portal: destaques, notícias, eventos, pontos de interesse, páginas informativas e documentos. Este Módulo de Gestão deverá ser disponibilizado em português.
- 6- Deverá ser utilizada a Autenticacao.gov.pt de forma a garantir a verificação de identidade do cidadão autenticado. Esta deverá ser utilizada no registo e na autenticação.
7. Funcionalidades específicas do Portal:
 - 7.1- Permitir a consulta de eventos, notícias e páginas informativas;
 - 7.2- Permitir a consulta de documentos.
 - 7.3- Permitir a execução de serviços online.
 - 7.4- Permitir a consulta aos munícipes dos seus serviços e respetivos estados.
 - 7.5 - Permitir aos funcionários do Município a consulta dos serviços dos munícipes.
 - 7.6 - Permitir aos funcionários do Município alterar o estado dos serviços dos munícipes.
 - 7.7 - Ter acesso a um Módulo de Gestão que permita a disponibilização de serviços aos munícipes.
- 8- Ter acesso a um Módulo de Gestão que permita gerir os conteúdos do Portal.



9- Ter acesso a um Módulo de Gestão que permita gerir os perfis dos utilizadores.

10- Funcionalidades específicas do GeoPortal:

- i. Permitir a criação de uma base de dados centralizada de informação geográfica com acesso ilimitado de utilizadores;
- ii. Permitir a integração de informação geográfica de gestão municipal:
 - a. Plano Diretor Municipal: Planta de Condicionantes, Planta de Ordenamento;
 - b. Outros Planos.
- iii. Permitir a criação de roteiros turísticos;
- iv. A visualização da informação por meio de visualizador Web com funcionalidade de zoom, pan, medidor de distâncias, medidor de áreas, consulta de dados alfanuméricos dos elementos geográficos, definição de hiperligações, carregamento de ficheiros, impressões a várias escalas, visualização de coordenadas e sistemas de coordenadas, visualização de escala gráfica e numérica;
- v. Emissão de plantas de localização online;
- vi. Criação de relatórios estatísticos;
- vii. Possibilidade de integração de ferramentas de análise espacial.
- viii. Aplicação disponível em Português e Inglês;
- ix. Módulo de backoffice para gestão municipal;
- x. Exportar informação para Trabalho(s) de Campo;
- xi. Permitir interação com outras fontes de dados;
- xii. Módulo de consulta de Metadados de informação geográfica;
- xiii. Desenho e edição de elementos no mapa:
 - a. Pontos;
 - b. Linhas;
 - c. Polígonos.

Possibilidade de adicionar serviços WMS/WFS.

11- A interface gráfica deverá ser desenvolvida em tecnologia HTML5.

12- Pesquisa:

12.1 - O motor de pesquisa deverá assegurar as seguintes funcionalidades:

- a) Pesquisa por texto integral;
- b) Pesquisa por palavra ou conjunto de palavras;
- c) Resultados de pesquisa inteligente e por relevância.

13- Tecnologias:

- 1- As aplicações web deverão ser single page HTML5 apps;
- 2- As funcionalidades do produto final devem ser expostas via API Rest;
- 3- O produto final deverá ser baseado numa arquitetura de micro-serviços;



- 4- O protocolo OAuth2 deverá ser utilizado para autorização, assim como o protocolo OpenID Connect para a autenticação.

1.5- Segurança:

- 1- Utilização de protocolo HTTPS na comunicação entre as aplicações web com o serviço de API e de autenticação/autorização;
- 2- Separação entre a interface de apresentação, lógica de negócio e acesso à base de dados;
- 3- Encriptação de passwords.

Artigo 12.º

Prazo de elaboração da página

O prazo para elaboração da página é de 6 meses a contar da data da comunicação, ao adjudicatário, da adjudicação.